

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 10



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA



Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 10. / Filipe Lins dos Santos. (Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2023.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-038-1

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II. Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs



Capítulo 7

O CONCEITO DE INFÂNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA



O CONCEITO DE INFÂNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

THE CONCEPT OF CHILDHOOD THROUGHOUT HISTORY

Thiago Rodrigo de Almeida Cunha¹

Resumo: Este artigo aborda a evolução do conceito de infância ao longo da história, focalizando os países industriais ocidentais, incluindo o Brasil, e sua integração à Psicologia do Desenvolvimento Humano. Destaca-se que a percepção da infância é um construto social, variando significativamente conforme contextos socioculturais. A infância na Antiguidade e Idade Média carecia de distinção, sendo a criança vista como um adulto em miniatura. Somente na Idade Moderna, com a disseminação de discursos bíblicos, ocorreu uma mudança, destacando a importância dos laços familiares e criando um “sentimento de infância”. Na perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento Humano, a infância compreende três domínios: desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial. A divisão do ciclo de vida em períodos é uma construção social. Conclui-se que o conceito de infância evoluiu ao longo do tempo, refletindo as transformações sociais e culturais, tornando-se central na constituição familiar e na sociedade contemporânea.

Palavras-chaves: Conceito de infância; Psicologia do Desenvolvimento Humano; Construção social; Família; Sociedade.

Abstract: This article addresses the evolution of the concept of childhood throughout history, focusing on Western industrial countries, including Brazil, and its integration into Human Development Psychology. It is noteworthy that the perception of childhood is a social construct, varying significantly according to sociocultural contexts. Childhood in Antiquity and the Middle Ages lacked distinction,

¹ UEPB - Christian Business School



with the child seen as a miniature adult. Only in the Modern Age, with the dissemination of biblical discourses, did a change occur, highlighting the importance of family ties and creating a “sense of childhood”. From the perspective of Human Development Psychology, childhood comprises three domains: physical, cognitive and psychosocial development. The division of the life cycle into periods is a social construction. It is concluded that the concept of childhood has evolved over time, reflecting social and cultural transformations, becoming central in the constitution of the family and in contemporary society.

Keywords: Concept of childhood; Human Development Psychology; Social construction; Family; Society.

Neste artigo apresentaremos como o conceito de infância modificou ao longo da história, tomando como base o contexto dos países industriais ocidentais, inclusive o Brasil, até o conceito abarcado até hoje pela Psicologia do Desenvolvimento Humano no âmbito do desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial, considerando que a divisão do ciclo de vida em períodos consiste em um construto social.

O conceito de infância passou por grandes variações ao longo do seu processo histórico de construção. Segundo Fernandes e Kuhlmann Júnior (2004 apud Niehues & Costa, 2012), “A infância é um discurso histórico cuja significação está consignada ao seu contexto e às variáveis de contexto que o definem”. Portanto, o conceito de infância está atrelado ao contexto sócio-histórico-cultural em que os indivíduos estiveram inseridos, foram bastante diversificados durante a história e reflete os valores presentes na sociedade em diferentes períodos.

A criança, como indivíduo, recebeu diversos tratamentos em função das diferentes relações que foram estabelecidas. O seu significado foi dado pela representação do modo como as crianças se relacionavam com os adultos (BERNARTT, 2012).

Da Antiguidade até a Idade Média não havia uma concepção de infância. Durante este período, a criança agia sem solicitude da mãe e, ao ingressar na sociedade dos adultos, não se distinguia



deles. Ou seja, neste período, a criança era concebida como um adulto em miniatura.

Na Roma Antiga, o nascimento de uma criança não era somente um fato biológico, mas também de aceitação paterna, pois este teria que levantá-la do chão em um ato que demonstrava que a aceitava criar, uma vez que a contracepção, o aborto, o abandono e a morte eram atitudes constantes e consideradas legítimas (NIEHUES & COSTA, 2012).

Na Idade Média, logo após o nascimento, a criança era afastada da família e entregue a amas de leite, no caso das famílias ricas, ou inseridas no mundo do trabalho desde cedo, nos casos dos mais pobres. Conforme podemos constatar a seguir,

Na idade media, no inicio dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram considerados capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio – ou seja aproximadamente, ao sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias (ARIES,1986,p.275).

Niehues e Costa (2012) afirmam que estas eram vestidas e expostas aos mesmos costumes dos adultos, não tinham tratamento diferenciado, nem um mundo próprio, como também não existia o que era denominado “sentimento de infância”.

O sentimento de infância era defendido por Philippe Ariès como uma sensibilização por parte dos que compunham a sociedade do século XVII, diante dos altos índices de mortalidade infantil provocados pelos maus tratos às crianças e aos jovens, que provocou a mudança da representação pictórica que tinham do adulto miniaturizado a um indivíduo que necessita de cuidados diferenciados. Ariès (1986) não quis dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas, mas que não havia uma consciência sobre a particularidade infantil, que a distinguisse de um adulto.

Até a Idade Média o conceito era relativizado quanto à condição social do indivíduo. Nas classes mais baixas, a infância durava até o momento em que necessitasse dos mais baixos graus de dependência de um adulto, quanto para os nobres, esta condição se relacionava com a incapacidade



física. Por outro lado, Heywood, (2004 apud Bernartt, 2009) defendia que neste período havia um reconhecimento deste estágio, de infância, que perdurava do nascimento aos 7 anos de idade. Segundo este autor, sucessivamente, ao longo da vida (estimava-se 30 anos), o indivíduo passava por um estágio em que as pernas não eram adequadas para caminhar, idade da dentição, para aquisição de força, para a produção de esperma e pelos faciais e aquisição de força física e crescimento integral.

Caldeira (2010) faz uma distinção das crianças quanto ao sexo neste período. Destacou que crianças do sexo feminino representavam uma enfermidade, fragilização ou algum pecado nas relações sexuais dos genitores, e a celebração era feita de forma diferente também. Na sociedade britânica, por exemplo, uma criança do sexo masculino era saudada com três badaladas de um grande sino, e meninas eram saudadas com apenas duas de um sino pequeno.

Esta autora também revela que a arte, como a pintura, evitava a representação de crianças e na arte até o século XVII as crianças não eram caracterizadas por sua expressão particular, mas como adultos de tamanho reduzido. Mesmo no período moderno na Inglaterra as crianças estavam ausentes da literatura, tanto no drama quanto romances, e no século XVIII, a criança era uma figura marginal (HEYWOOD, 2004 apud CALDEIRA, 2010).

Segundo Ariès (1986 apud Niehues & Costa, 2012), a concepção de infância começou a modificar com a difusão dos novos pensamentos e condutas da Igreja Católica, que destacaram a importância dos laços de sangue e contribuíram para o surgimento de novos modelos familiares. A Igreja passou a acusar, a partir do século XVIII, aqueles que matassem crianças por atos de bruxaria.

O sentimento de infância surge com a propagação do discurso de Herodes do “culto ao menino Jesus” e do “massacre de inocentes”, e a criança passa a ser vista como uma mediadora do céu e da terra, como também possuidoras de falas de sabedoria (NIEHUES & COSTA, 2012).

Ariès (1986 apud Niehues & Costa, 2012) destaca que paralelamente ao sentimento de infância, surge o sentimento de família e este se realiza através da intimidade e do diálogo familiar, como também o conceito de família passa a ser definido em torno da criança. Percebe-se que, do ponto de vista biológico, a criança precisa ser tratada com determinados cuidados, como também, do ponto de



vista psíquico e social, esta é dotada de sentimentos próprios, passando a ser amada e educada e os pais passaram a se sentir responsáveis pelo seu futuro.

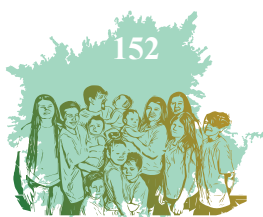
Araújo (2007 apud Bernartt, 2009) afirma que este conceito foi reforçando durante do Renascimento, quando o homem adquiriu a centralidade na sociedade situando o sujeito humano como produtor do seu destino e sobrepondo a razão humana à fé divina, culminando no entrelaçamento de infância e criança, de modo que a primeira confluiria na formação humana e a segunda configuraria o indivíduo que representaria o alvo do construto de futuro da humanidade.

No Brasil, as crianças haviam sido trazidas pelos imigrantes no século XVI e viviam em condições precárias, de trabalhos pesados e punições abusivas, a começar das viagens até à chegada ao país. Os índices de mortalidade infantil eram altíssimos. Havia uma enorme distinção entre as crianças brancas e as negras. As crianças bem nascidas (ricas e brancas) ficavam afastadas do trabalho, as crianças filhas de escravos e imigrantes trabalhavam desde os primeiros anos de vida. As principais atividades desempenhadas pelas crianças eram servir, passar, lavar, engomar, remendar roupas, consertar calçados, pastorear, etc (BERNARTT, 2009).

A criança negra desempenhava as atividades mencionadas, e por volta dos doze anos era agregada ao mundo adulto no que diz respeito à sexualidade e ao trabalho. Segundo Pardal (2005, p. 56 apud Bernartt, 2009), ““cabia à criança apenas vencer o desafio de sobreviver, para ser, logo que possível incorporada ao mundo adulto””.

A criança branca ficava aos cuidados de uma ama de leite até os seis anos de idade e os meninos passavam por toda uma preparação ao mundo adulto, desde estudo de latim ao de boas maneiras em colégios religiosos. Percebe-se que, no Brasil, os tratamentos às crianças eram fornecidos com base nas suas condições socioeconômicas.

À medida que estas condições se tornaram mais visíveis, a sociedade começou a ficar mais intolerante com os maus tratos e, assim, começaram a exigir medidas de assistência para essas crianças. Algumas das medidas implementadas foi a criação das rodas, nas Santas Casas de Misericórdia, a partir do século XVIII e, no século seguinte, a concepção de infância, criança e adolescente passa-



ram a ser tratados em uma perspectiva mais humanista e a sociedade passou por um processo de higienização, o chamado higienismo, com o ensinamento de novos hábitos e oportunidades de educação para a população.

A partir do século XX, com o crescimento das cidades, industrialização e pobreza no país, registra-se o aumento do número de instituições filantrópicas e o atendimento assistencial às crianças passou a fazer parte de medidas do Estado, através da criação de leis, como o Departamento Nacional da Criança em 1940, o Serviço de Assistência a Menores em 1941, a Legião Brasileira de Assistência em 1942, a inserção da UNICEF nas políticas assistenciais brasileiras, a partir de 1946, dentre outras medidas como a criação de creches para proporcionar educação e desenvolvimento para crianças pobres, até a culminância dessas medidas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, através da Lei 8.069, como medida de proteção integral a criança, e a LDB em 1996, que atribuem um caráter oficial de que a criança é “cidadã de direitos, com necessidades próprias e capacidades a serem desenvolvidas através da educação em todos os seus aspectos” (BERNARTT, 2009, p. 4235).

Para a Psicologia do Desenvolvimento Humano, que consiste no “estudo científico dos processos sistemáticos de mudança e estabilidade que ocorrem nas pessoas” (Papalia & Feldman, 2013, p. 36), a infância corresponde a um dos períodos do ciclo de vida e este, por sua vez, compreende três domínios: a) desenvolvimento físico, crescimento do corpo e do cérebro, que incluem mudanças nas capacidades sensoriais, habilidades motoras e saúde; b) desenvolvimento cognitivo, padrão de mudança nas habilidades mentais (aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade); e c) desenvolvimento psicossocial, que configura padrão de mudança nas emoções, personalidade e relações sociais (PAPALIA & FELDMAN, 2013).

Conforme Papalia e Feldman (2013), a divisão do ciclo de vida em períodos é uma construção social, ou seja, consiste em uma invenção de uma determinada cultura ou sociedade, uma vez que não há nenhum momento objetivamente definível em que uma criança passe para um outro estágio. Esta observação conflui com o que Bernartt (2009) e Niehues e Costa (2012) defendem quanto ao fato



deste conceito ter sido elaborado conforme o contexto sociocultural em que foi empregado, como também ter adquirido significados diferentes por esta mesma razão.

Papalia & Feldman (2013) apresentam as seguintes características da infância, com base nos períodos e as mudanças observadas nos padrões geralmente aceitos nas sociedades industriais ocidentais. Vale salientar que estas características são padrão, logo, indivíduos distintos podem lidar com estes eventos de formas diferentes.

De acordo com estes autores, a infância pode ser dividida em três estágios: a primeira, a segunda e a terceira infância.

A primeira infância, que se estende do nascimento aos três anos, quanto ao desenvolvimento físico, os sentidos e sistemas corporais funcionam em graus variados, o cérebro se torna mais complexo e mais sensível a influências ambientais e o desenvolvimento das habilidades motoras e o crescimento são mais rápidos. Com relação ao desenvolvimento cognitivo, apresentam capacidade de aprender e lembrar, e adquirem o uso de símbolos e a capacidade de resolver problemas por volta do final do segundo ano de vida. Apresentam um rápido desenvolvimento na capacidade de compreensão e de uso da linguagem. Quanto aos aspectos psicossociais, são capazes de formar vínculos afetivos com os pais e outras pessoas, desenvolvem a autoconsciência e a autonomia, e aumenta o interesse por outras crianças.

Durante a segunda infância, dos três aos seis anos de idade, o crescimento é constante e a aparência torna-se mais esguia, com proporções parecidas com as de adultos, o apetite diminui, podem apresentar distúrbios do sono, a preferência por uma das mãos, aumento da força física e desenvolvimento das habilidades motoras finas. Quanto ao cognitivo, o pensamento é egocêntrico, mas há o aumento da compreensão do ponto de vista dos outros, apresenta algumas ideias ilógicas sobre o mundo, apresentam um aprimoramento da memória e da linguagem, e a inteligência é mais previsível. Quanto aos aspectos psicossociais, a autoestima é global, há a complexidade do autoconceito e compreensão das emoções, aumento da independência, iniciativa e autocontrole, identidade de gênero, aumento da capacidade de abstração, sociabilidade, altruísmo e por outro lado, da agressão e do temor.



Na terceira infância, dos seis aos onze anos, o crescimento começa a desacelerar, a força física e atlética aumentam, e podem apresentar doenças respiratórias, embora a saúde seja melhor do que em qualquer outro estágio da vida. Quanto às habilidades cognitivas, há a diminuição do ego-centrismo, começam a pensar de forma lógica, apesar de concretamente, há o aumento da capacidade memória e linguagem e algumas crianças podem apresentar necessidades educacionais e talentos especiais, embora podem beneficiarem-se bastante com a instrumentação formal da escola, por conta dos ganhos cognitivos. Com relação ao desenvolvimento psicossocial, o autoconceito torna-se ainda mais complexo ao ponto de afetar a autoestima, podendo também ocasionar um gradual descontrole por parte dos pais e os pares adquirem uma importância fundamental.

Como podemos constatar, o conceito de infância adquiriu concepções diferentes em consonância com período histórico, social e cultural em que esteve inserido. Ainda hoje sabemos que há divergências quanto à sua definição, mas ao tomarmos como base as sociedades industriais ocidentais, podemos perceber que este passou de um período em que não havia distinção com a concepção de adulto, consistindo em um conceito definido como miniatura de um adulto, até adquirir um papel central na constituição familiar e da sociedade.

Com o passar do tempo, mais precisamente na Idade Moderna, houve a difusão do discurso bíblico, que contribuiu para que os adultos tivessem mais atenção e cuidados especiais com os seus filhos, e estes se tornaram protagonistas no seio familiar, merecedores de afeto, como também portadores de necessidades que iam além das condições biológicas ou de quando se tornavam aptas a trabalhar, além de muitas crianças serem estigmatizadas quanto ao seu papel sexual na sociedade, em especial nas sociedades antigas e durante a Idade Média, antes do surgimento do sentimento de infância e de família, que foram marcantes para o aumento da privacidade e da intimidade entre os casais e os filhos, como uma maior empatia e respeito entre os membros.



REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. História social da Criança e da Família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

BERNARTT, Roseane Mendes. A infância a partir de um olhar sócio-histórico. IX Congresso Nacional de Educação. Paraná: PUCPR, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2601_1685.pdf. Acesso: 29/09/2020.

CALDEIRA, Laura Bianca (2010). O conceito de infância no decorrer da história. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf. Acesso: 29/09/2020.

MORELIN, Raquel Marques. O conceito de infância ao longo da história ocidental. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/o-conceito-de-infancia-ao-longo-da-historia-ocidental.htm>. Acesso: 29/09/2020.

NIEHUES, Marianne Rocha; COSTA, Marli de Oliveira. Concepções de infância ao longo da história. Santa Catarina: Rev. Técnico Científica(IFSC), 2012. v. 3, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/download/420/342>. Acesso: 20/09/2020.

PAPALIA, Diane E. & FELDMAN, Ruth Buskin. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: AMGH, 2013.



